Prefeitura de Santos
Secretaria de Educação

ROTEIRO DE ESTUDO/ATIVIDADES
UME: Professor Florestan Fernandes.
ANO: 8°anos. **COMPONENTE CURRICULAR:** História.
PROFESSORA: Eliane Silva Fernandes.
PERÍODO DE 06/07/2020 a 17/07/2020.

TIPO DE ATIVIDADE: Compreender o Período Regencial, pela configuração que dava ao Brasil, ainda como parte do período imperial. Apontamentos sobre as disputas políticas que marcaram o período e os grupos que atuaram nessa fase da História brasileira.

ORIENTAÇÕES: Leia os materiais que estarão disponíveis sobre esse tema. A entrega da atividade é muito importante. Com ela, você garante sua participação. Faça os exercícios e a pesquisa proposta. Ao terminar os exercícios e a pesquisa, você poderá enviar diretamente pela plataforma do Google Classroom, ou para o meu e-mail.

E-mail: professora.elianesfernandes@gmail.com

PERÍODO REGENCIAL (1831–1840)

O Período Regencial foi um momento da história brasileira marcado pelas tensões e agitações, com revoltas sociais armadas que foram vistas em diferentes partes do país e disputas entre os grupos que participavam do cenário político daquele momento. Esse período que durou de 1831, com a abdicação de Dom Pedro I do trono brasileiro a seu filho, Pedro Alcântara; a 1840, momento que Pedro Alcântara ainda com 14 anos foi coroado o novo imperador, o Brasil passou a ser governado por **regentes.**

PRIMEIRO REINADO E O CENÁRIO DE TENSÕES.

O Primeiro Reinado foi marcado pelo desgaste do imperador Dom Pedro I, que enfrentou crises políticas e tensões nos anos que sucederam a independência do Brasil. A crise política derivou em alguns movimentos como a **Confederação do Equador**, a **Questão da Cisplatina** (**Guerra da Cisplatina**), a **Questão da sucessão do trono português**, que envolveu Dom Pedro I.

Os protestos contra o imperador foram vistos pelas cidades do país. As manifestações e tensões políticas ficaram mais evidentes, principalmente depois de episódios, como a morte de Libero Badaró, jornalista que foi assassinado em São Paulo. Logo relacionaram o nome de Dom Pedro I a sua morte. No Rio de Janeiro, os protestos contra o imperador também se tornaram intensos. Em março de 1831, a ala da oposição mais exaltada atacou as residências de portugueses, que responderam atirando garrafas, num episódio conhecido como **Noite das Garrafadas.**

Com ações que foram consideradas impopulares e impositivas e sem conseguir contornar a situação de descontentamento de parte das províncias no país, Dom Pedro I, no dia 07 de abril de 1831, **abdicou do trono no Brasil em favor de seu filho**, **Pedro Alcântara**, com 5 anos de idade naquele momento. Dom Pedro I voltou a Portugal, entrou na luta para retomar em seu favor o trono português de seu irmão, dom Miguel, que tinha tomado o reino para si. Dom Pedro I morreu em 1834, dias após a coroação de sua filha, Maria da Glória, como rainha de Portugal. Encerrava-se assim o período do Primeiro Reinado e teria início as Regências.

***Abdicar –** Renunciar voluntariamente a um cargo, um posto.

GOVERNO DAS REGÊNCIAS

Com a abdicação de Dom Pedro I ao império no Brasil, este seria passado a seu filho, Pedro Alcântara, na ordem da linha de sucessão. Porém, Pedro Alcântara tinha somente

5 anos de idade na época da abdicação, o que não permitia que ele chegasse ao posto de novo imperador do Brasil.

A Constituição do Brasil estabelecia que nesse caso o governo brasileiro deveria ser ocupado por **regentes** (conselho de regentes), até a chegada da maioridade de Pedro Alcântara (deveria esperar até o príncipe completar 18 anos). Os membros que formariam o conselho de regentes deveriam ser nomeados por uma Assembleia Geral. Como a Assembleia Geral Legislativa estava em recesso na abdicação de D. Pedro, um grupo de parlamentares elegeu e empossou três políticos, em caráter provisório, na chamada **Regência Trina Provisória**, formada por três regentes.

Em junho de 1831, foi eleita pela Assembleia a **Regência Trina Permanente**, escolhida por senadores e deputados. Foram postos nessa regência um militar e dois civis. Estabeleceu-se essa Regência Trina Permanente até o ano de 1835, quando foi instituída pelo Ato Adicional de 1834, a **Regência Una.**

- **A situação política brasileira**

No período regencial, alguns grupos políticos disputavam o poder político.

GRUPO POLÍTICO: *Restauradores (Caramurus)*
Características: Buscavam meios de D. Pedro voltar ao poder (tendência absolutista); defendiam a monarquia e não aceitavam reformas sociais e econômicas. Prezavam a **soberania do rei**. **Grupos sociais participantes:** Comerciantes, portugueses radicados no Brasil, militares conservadores e funcionários públicos de alto escalão. **Principais líderes:** José Bonifácio de Andrada e Silva; Antônio Carlos de Andrada e Silva; Martin Francisco de Andrada e Silva. **Formas de divulgação de suas ideias:** *Jornais* – O Caramuru; Diário do Rio de Janeiro; Carijó. *Associações* – Sociedade Conservadora (depois passou a Sociedade Militar).

GRUPO POLÍTICO: *Liberais Exaltados (Farroupilhas ou Jurujubas)*
Características: Desejavam a descentralização do poder e defendiam a autonomia das províncias por meio de um Estado federalista; alguns até defendiam a república. Esse grupo lutava pela **soberania do povo**. **Grupos sociais participantes:** Proprietários rurais; classes médias urbanas (profissionais liberais, médicos); funcionários públicos, padres, militares. **Principais líderes:** Cipriano Barata; Borges da Fonseca; Miguel Frias de Vasconcelos. **Formas de divulgação de suas ideias:** *Jornais* – Sentinela da Liberdade; Nova Luz Brasileira. *Associações* – Sociedades Federais; Grande Loja Brasileira.

GRUPO POLÍTICO: *Liberais Moderados (Chimangos)*
Características: Defendiam um Estado forte e centralizado, na forma de monarquia constitucional; desejavam a manutenção vidão e da unidade territorial existente. Esse grupo lutava pela **soberania da nação.** **Grupos sociais participantes:** Grandes proprietários rurais – principalmente de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais – alguns do Nordeste (aristocracia rural). **Principais líderes:** Padre Diogo Antônio Feijó; Evaristo da Veiga; Nicolau Pereira de Campos Vergueiro; Bernardo Pereira de Vasconcelos. **Formas de divulgação de suas ideias:** *Jornais* – Astréa; O Sete de Abril; O Censor Brasileiro. *Associações* – Sociedade defensora da Liberdade e independência Nacional.

FONTE: GUERREIRO, Thales Adriano. ***Tempo de História, 8° ano*** 1. ed. São Paulo: Editora Brasil, 2011 p. 218.

REGÊNCIAS TRINAS (1831-1835)

- Regência Trina Provisória (1831) - Francisco de Lima e Silva; Carneiro de Campos e Nicolau de Campos Vergueiro.

- Regência Trina Permanente (1831-1835) – Brigadeiro Francisco de Lima e Silva; deputados José da Costa Carvalho e João Bráulio Muniz.

- Guarda Nacional

Durante o período da Regência Trina Permanente, foi criada a **Guarda Nacional** (1831). O responsável por essa criação foi o **padre Diogo Antônio Feijó**, que nesse momento ocupava o cargo de ministro da Justiça.

A Guarda Nacional era uma **força paramilitar**, encarregada de **manter a ordem nacional, defender a Constituição e conter as revoltas** que começavam a acontecer. Essas forças tinham uma maior atuação nos municípios e eram comandadas por grandes fazendeiros, que recebiam títulos como de capitão e de **coronel**, posto mais alto dentro da Guarda Nacional. Dessa forma, esses coronéis concentravam um maior poder local.

***Paramilitar –** organização de cidadãos armados e fardados que exercem funções militares, mas não constituem como parte da força militar regular do país.

- Código de Processo Criminal (1832)

Ainda no período da Regência Trina Permanente, foi promulgado o **Código de Processo Criminal**, que recebeu novas atribuições, como **conferir aos juízes de paz os poderes judiciais e policiais do local**. Sob essa condição, poderiam prender e julgar acusados.

- Ato Adicional (1834)

Esse ato propôs uma **reforma na Constituição de 1824.** Essas modificações tinham o intuito de conciliar os interesses do grupo moderado e do grupo exaltados que ocupavam a esfera política e conter as movimentações por todo o país.

O Ato Adicional, aprovado em 1834, traçou algumas medidas incorporadas a Constituição:

- Criou **Assembleias Provinciais** – uma maior atuação na política local;
- Extinção do **Conselho de Estado –** órgão criado na Constituição de 1824, controlado por Dom Pedro I;
- Substituição da Regência Trina pela **Regência Uma;**
- Transformação do Rio de Janeiro em município neutro.

- Surgem os liberais e conservadores

A morte de Dom Pedro I, em 1834, em Portugal, provocou a reconfiguração dos grupos políticos no Brasil. Isso porque o grupo dos restauradores, que apoiava a volta de Dom Pedro I no comando do Brasil, se dissolveu. Parte do setor do grupo dos exaltados e grupo dos moderados tiveram uma aproximação que derivou na formação do **Partido Liberal** (ala progressista). Os liberais eram favoráveis a um governo forte e centralizado, mas dava as províncias autônomas.

A outra parte do grupo dos moderados uniu-se ao grupo dos restauradores, que tinha deixado de existir. Essa aliança, que depois veio configurar na formação do **Partido Conservador** (ala regressista) assumiu uma postura contrária a autonomia das províncias.

Apesar de assumirem posições diferentes, os dois grupos políticos concordavam na defesa dos interesses dos proprietários rurais, que a participação política no voto não fosse estendida para toda população e um poder forte e centralizado no Rio de Janeiro. Esses grupos participaram do cenário político do período regencial ativamente, em grande parte controlando a área política.

REGÊNCIAS UNAS (1835-1840)

- Regência Una de Feijó (1835-1837)

Foram feitas eleições para escolha da Regência Una, assim como previsto no Ato Adicional. O padre Diogo Antônio Feijó foi eleito. O antigo Ministro da Justiça na Regência Trina Permanente, membro do grupo liberal, ala progressista na política do período, esteve à frente da Regência em um momento em que as revoltas provinciais começaram a surgir. Sofreu a pressão dos regressistas, que acusavam Feijó de não manter a ordem no país. As revoltas que ocorriam nessa época ameaçavam a unidade do território do império.

Essas pressões somadas a eleição dos regressistas ao legislativo fez Feijó renunciar ao cargo.

- Regência Una de Araújo Lima (1837-1840)

Com a renúncia de Feijó, o regressista Pedro Araújo Lima assumiu a regência. Essa chegada de Araújo Lima representou a chegada de conservadores no poder, diminuindo a autonomia das províncias justificado a perda de controle as rebeliões instaladas por partes do Brasil. Agiu de forma repressiva para conter os avanços dessas revoltas.

Em 1840, Araújo Lima aprovou a **Lei Interpretativa do Ato Adicional**, que previa leis centralizadoras pela redução dos poderes e autonomia que as províncias conquistaram na reforma da constituição de 1824.

GOLPE DA MAIORIDADE

As medidas adotadas durante a reação conservadora, que chegou ao poder central na regência de Araújo Lima, não puderam conter as revoltas que ocorriam no país naquele momento.

Entre os liberais, a insatisfação com as ações do governo conservador só aumentava. Começava a circular a ideia de tirar Araújo Lima do poder e transferir o governo imperial a Pedro Alcantara, na tentativa de solucionar os problemas.

Em 1840, Pedro Alcantara tinha 14 anos e para ele alcançar o posto de imperador, segundo a Constituição, deveria esperar por sua maioridade aos 18 anos (que ocorreria no final de 1843). Articulações políticas começaram a ser feitas para a alteração da lei para antecipar a maioridade de Pedro Alcantara e levá-lo a assumir o trono.

Mesmo com a resistência de deputados e senadores da ala conservadora, em 23 de julho de 1840, o parlamento aprovou a medida e declarou a maioridade de Pedro Alcantara. O episódio ficou conhecido posteriormente como o **Golpe da Maioridade.** Ra chegada do príncipe ao poder, coroado **imperador Dom Pedro II.** A frente do Império, Dom Pedro II convidou os liberais progressistas aos ministérios em seu novo governo. Era o início do **Segundo Reinado.**

EXERCÍCIOS.

1. Explique os motivos que levaram a implantação da Regência no Brasil.

2. Sobre os grupos políticos do período regencial, responda:

A. Escreva quais eram esses grupos e identifique seus participantes.

B. Identifique as propostas colocadas por cada um desses grupos.

3. Cite as principais medidas que puderam ser observadas no Ato Adicional de 1834.

4. Explique o episódio conhecido como "Golpe da Maioridade".

PROPOSTA DE PESQUISA – AS REVOLTAS REGENCIAIS

Durante o período das Regências ocorreram revoltas e rebeliões nas diferentes províncias no Brasil. As causas das manifestações e lutas se relacionavam com os interesses dos grupos que participaram dos levantes. Reivindicações relacionadas ao alto custo de vida nas cidades, o escravismo e o autoritarismo do poder central foram parte das justificativas para os revoltosos lutarem por melhores condições de vida.

Dentre as principais revoltas e rebeliões que ocorreram no período da Regência podemos citar a **Cabanagem**, a **Revolta dos Malês**, a **Revolução Farroupilha**, a **Sabinada** e a **Balaiada.**

Sabendo disso, faça uma pesquisa sobre essas revoltas e rebeliões do período regencial (**Cabanagem, Revolta dos Malês, Revolução Farroupilha, Sabinada** e a **Balaiada)** e destaque os seguintes pontos:

1. Nome da revolta ou rebelião;
2. Duração (Tempo);
3. Localização de onde ocorreu;
4. Motivos principais;
5. Objetivos pretendidos;
6. Líder(es);
7. Grupos sociais que participaram do movimento;
8. Resultados.

Você pode utilizar as páginas de pesquisa na internet para elaborar sua pesquisa.